



Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro – Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.862.190/0001-06



Processo Administrativo nº. 142/2018

CONTRATO Nº 100/2018

Termo de Contrato nº 100/2018 por Pregão Presencial de nº 044/2018, para aquisição de equipamentos para unidade de atenção especializada em saúde, que entre si celebram, o **Fundo Municipal de Saúde**, através da **Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim** e a empresa **CHRISNET COMÉRCIO E SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME**, conforme segue.

O Município de Boa Vista do Tupim, através da **Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**, e do **Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ sob nº 13.862.190/0001-06, localizado na Rua Juvino Francisco do Amaral, nº 10, Centro, Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP 46.850-000, legalmente representado neste ato por seu prefeito, o Sr. **Helder Lopes Campos**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 75076829 e CPF nº 122.710.395-68, e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. **Uilson Gustavo Mendes Macedo**, portador do RG. nº 0939595591 e CPF nº 023.093.395-55, ambos residentes e domiciliados na cidade de Boa Vista do Tupim, neste Estado, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro a empresa **CHRISNET COMÉRCIO E SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME**, CNPJ Nº. 14.614.134/0001-07, situada à Rua Campos Sales, nº. 265, Ponto Central, Feira de Santana – Bahia, CEP: 44.075-325, neste ato representada pelo Sr. **Antônio Fernando de Araújo Vasconcelos**, portador da carteira de identidade RG nº 03.045.480-81 e CPF nº 344.896.305-49, denominando-se a partir de agora CONTRATADO, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, com base no **Edital do Pregão Presencial nº 044/2018**, regido no que couber, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, e pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1.1 Constitui o objeto do presente contrato o **fornecimento de equipamentos para unidade de atenção especializada em saúde**, obedecendo às disposições estabelecidas no Pregão Presencial de nº 044/2018, objeto da Emenda Parlamentar 13862.190000/1180-02, conforme autorização contida no Processo Administrativo instaurado para este fim, bem como a proposta apresentada pela empresa, que independente de transcrição integra este instrumento, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
3	Bomba de infusão, uso hospitalar, com sistema KVO, alarmes, programação da infusão, com bolus, equipo universal e bateria de alta duração recarregável.	1	CELM	5.300,00	5.300,00
4	Cadeira de rodas para obesos. Para acomodação e transporte de paciente obesos com deficiência ou impossibilidade motora, com capacidade de 120 a 159 kg, fabricada em tubos de aço carbono com encosto e assento em nylon acolchoado, freios bilaterais com regulagem, com aro impulsor bilateral, apoio para os braços escamoteáveis com apoio em	1	CDS	1.390,00	1.390,00



Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro – Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.862.190/0001-06

356
Boa Vista do Tupim

	poliuretano injetado, rodas dianteiras aro 6" e rodas traseiras aro 24", estrutura com pintura epóxi.				
5	Cadeira de rodas pediátrica. Para acomodação e transporte de crianças com deficiência ou impossibilidade motora, fabricada em tubos de aço carbono com encosto e assento em nylon acolchoado, com apoio para os braços escamoteáveis em poliuretano injetado, com apoio para os pés, estrutura em aço ou ferro pintado com pintura epóxi.	1	CDS	1.090,00	1.090,00
6	Cadeira de rodas adulto. Para acomodação e transporte de paciente com deficiência ou impossibilidade motora, com capacidade de até 100 kg, fabricada em tubos de aço carbono com encosto e assento em nylon acolchoado, freios bilaterais com regulagem, com aro impulsor bilateral, apoio para os braços escamoteáveis com apoio em poliuretano injetado, rodas dianteiras aro 6" e rodas traseiras aro 24", estrutura com pintura epóxi.	1	CDS	1.000,00	1.000,00
7	Carro de Emergência, com mesa superior em aço inox, 4 gavetas com trava sendo 1ª gaveta com 20 divisórias para medicamentos, 4 Rodízios, sendo 02 com freios e giro de 360° graus, estrutura em chapas de aço, revestida de pintura epóxi, com régua de tomadas com cabo de no mínimo 1,50 m, com suporte para cilindro de oxigênio, suporte para soro, suporte para cardiôversor ou desfibrilador e tábua para massagem cardíaca	2	TUBOMED	2.300,00	4.600,00
8	Carro de curativo com armação tubular, tampo e 1 prateleira em chapa de aço inox, pés com rodízios de 3", varandas e suporte para balde e bacia inox, acompanha 01 balde 5 litros em alumínio polido e 01 bacias 3 litros inoxidável. Dimensões aproximadas de 0,75m X 0,45m larg. X 0,80m altura.	1	TUBOMED	1.300,00	1.300,00
10	Foco refletor ambulatorial com haste flexível cromada e regulagem de altura variando de 1,00 m mínimo e 1,60 m máximo, montado sobre base de aço pintado com tinta eletrostática a pó, com 4 rodízios, iluminação em lâmpadas de LED, 220 volts.	1	TUBOMED	620,00	620,00
11	Reanimador pulmonar (ambu), uso adulto com reservatório e válvula unidirecional	2	OXIGEL	310,00	620,00
12	Reanimador pulmonar (ambu), uso pediátrico com reservatório e válvula unidirecional	2	OXIGEL	270,00	540,00
13	Monitor Multiparâmetros, tipo pré configurado tamanho de 10 a 12 polegadas, com 05 parâmetros básicos (ECG / RESP / SPO2 / PNI E TEMP), com suporte.	1	EMAI MX 500	14.200,00	14.200,00
14	Oxímetro de pulso portátil com monitoração de batimentos cardíacos, com tecnologia de medição digital, Sensor Digital Spo2, memória interna para armazenamento de até 24 horas de monitoramento.	2	MUNDI MD UT-100	2.400,00	4.800,00
VALOR TOTAL:				35.460,00	

2.1 O presente contrato terá o regime de execução do tipo fornecimento direto.

3.1 O valor global deste contrato é de R\$ 35.460,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta reais), correspondendo ao valor total dos produtos do itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14, a serem fornecidos.

[Assinatura]



3.2 Encontram-se inclusos no valor supramencionado todos os custos necessários à entrega do produto ora contratado na sede do município de Boa Vista do Tupim.

Parágrafo único: O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA se encontra adimplente com a regularidade fiscal, devendo ser comprovada mediante apresentação junto com a nota fiscal de:

- a) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do seu prazo de validade (Lei Federal nº 8.036/1990 e 8.666/1993);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do seu prazo de validade (Lei Federal nº 12.440/2011 e 8.666/1993);
- d) Certidão Negativa de débitos, emitida pela Secretaria de Tributação do Estado, no qual se localiza a sede da licitante, ou outro documento que o substitua legalmente.
- e) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante ou domicílio, dentro do seu prazo de validade;

4.1 As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual do Município de Boa Vista do Tupim, do orçamento vigente:

02.10.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2084	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS.
4490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE 14	Transferência de Recursos do SUS

5.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

6.1 Constitui obrigação da contratante:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado para o perfeito fornecimento do objeto licitado;
- b) Designar servidor responsável pelo recebimento e conferência do objeto deste instrumento;
- c) Efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste instrumento contratual;
- d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do fornecimento;
- e) Promover acompanhamento e fiscalização do fornecimento do objeto contratado;

6.2 Constitui obrigação do contratado:

- a.) Fornecer o objeto de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no termo de referência e proposta;
- b) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não



- se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- c) Manter-se nas mesmas condições de habilitação exigidas na Contratação;
 - d) Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos até a entrega do produto nos locais indicados nas Ordens de Fornecimento;
 - e) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;
 - f) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;
 - g) Facilitar a ação da Fiscalização, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas;
 - h) Não se utilizar deste contrato como garantia para qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

7.1 Este Contrato poderá ser modificado nos seguintes termos com base no Artigo 65 da Lei 8.666/93:

I – Unilateralmente, a critério da Administração:

- a) Quando necessário, por motivo devidamente justificado;
- b) Para modificação do valor decorrente da majoração ou redução quantitativa do objeto contratual até o limite permitido por lei.

II – Por acordo, quando:

- a) Necessária a modificação de regime ou modo de execução, por verificação da inadequação das condições originárias;
- b) Necessária a modificação da forma de pagamento, por motivos relevantes e supervenientes, mantido o valor inicial;

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Dar-se-á a rescisão de pleno direito deste Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da lei 8.666/93, e /ou quanto a **CONTRATADA**:

- a) Requerer concordata ou falência;
- b) Transferir a outrem, no todo ou em parte o fornecimento do objeto do contrato, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- c) Não forem observadas as Cláusulas e condições do presente Contrato, após advertência por escrito;

Parágrafo único: Ocorrendo a rescisão sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do Contrato até a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR



9.1 Caso o CONTRATADO, por motivo de força maior, fique temporariamente impedido de cumprir, total ou parcialmente, as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 O CONTRATADO sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório constitucionais:

10.2 **Impedimento** de licitar e contratar com a Administração Pública, **pelo prazo de até 2 (dois) anos** quando:

- a- Não celebrar o contrato;
- b- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c- Apresentar documentação falsa;
- d- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e- Não manter a proposta;
- f- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g- Comportar-se de modo inidôneo;
- h- Cometer fraude fiscal.

10.3 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.3.1 **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

10.3.2 **Multa** por atraso imotivado da entrega nos prazos abaixo definidos:

1. 0,2 % do valor do fornecimento, por dia de atraso no prazo estabelecido, ou nos prazos das Ordens de fornecimento, limitada a 20% do valor do fornecimento;
2. 0,2 % do valor do fornecimento, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações ou substituição de produtos, na primeira vez, limitada a 20% do valor do fornecimento;
3. 0,4 % do valor do fornecimento, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações ou substituição de produtos, nas reincidências, limitadas a 20% do valor do fornecimento.

10.3.3 **Suspensão** com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública Municipal.

10.3.4 **Suspensão** de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor da contratação, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:



a) não atender às especificações e os quantitativos estabelecidos no contrato e proposta apresentada: multa de 10% a 20%, do valor registrado;

b) deixar de fornecer os produtos, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20% do valor contratado;

c) fornecer os produtos em desacordo com termo de referência ou que comprometa a qualidade do fornecimento: multa de 10% a 20% do valor registrado;

10.4 As sanções previstas no item 13 deste edital são de competência exclusiva da PREFEITURA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

10.5 Esgotados todos os prazos de fornecimento do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

10.6 As multas previstas neste Edital poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucionais, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA.

10.7 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do objeto, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

10.8 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REGENCIA LEGAL E FISCALIZAÇÃO

11.1 O presente contrato rege-se pelo disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/06, e suas alterações posteriores, constituindo ato jurídico perfeito e conferindo às partes signatárias direito adquirido.

11.2 Este contrato deverá ser fiscalizado mediante pessoal credenciado do Fundo Municipal de Saúde na pessoa do Sr. **Uilson Gustavo Mendes Macedo** ou quem este delegar, sem que reduza, nem exclua a responsabilidade do contratado. Esta Fiscalização será exercida no exclusivo interesse da Administração. Reserva-se a fiscalização o direito e a autoridade para resolver qualquer caso duvidoso ou omissão não previstos no Edital de Licitação, neste contrato, nas Leis, regulamentos, ou tudo quanto, direta ou indiretamente, se relacione com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA

12.1 O Prazo Máximo para o fornecimento do objeto deste contrato é de **15 (quinze) dias**, contados da data de sua assinatura e entrega da Ordem de Fornecimento;

12.1 A vigência do presente contrato será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, ou quando o objeto adquirido for entregue e os compromissos



Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro - Boa Vista do Tupim - Bahia - CEP 46.850-000
CNPJ: 13.862.190/0001-06

6361

Boa Vista do Tupim

cumpridos, podendo ter seu prazo prorrogado de acordo com o previsto no art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, feitas atreves de Termo Aditivo.

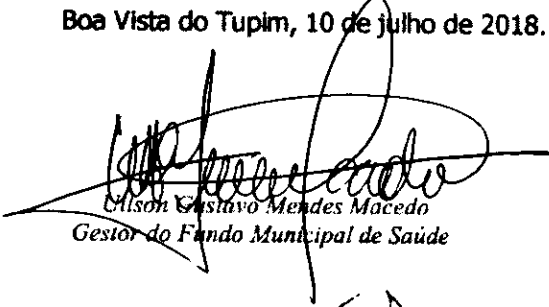
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

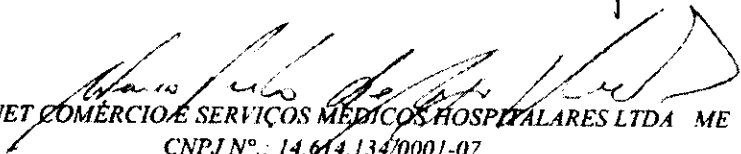
13.1 Fica eleito o foro do Município de Boa Vista do Tupim, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

Boa Vista do Tupim, 10 de julho de 2018.


Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal


Wilson Gustavo Mendes Macedo
Gestor do Fundo Municipal de Saúde


CHRISNET COMÉRCIO E SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME
CNPJ Nº: 14.614.134/0001-07
Antônio Fernando de Araújo Vasconcelos
CPF nº 344.896.305-49

Testemunhas:

1 Wimorlando dos Mercês Souza

CPF: 070.174.765-06

2 Luís Aparecida Cardozo da Silva Pimentel

CPF: 030.097.665-80